

RESTAURO ARQUITETÔNICO: O CERNE É A FORMAÇÃO¹

THE ARCHITECTURAL RESTORATION: THE CORE IS PROFESSIONAL EDUCATION |
RESTAURACIÓN ARQUITECTÓNICA: EL CERNE ES LA FORMACIÓN

ANA PAULA FARAH

RESUMO

O artigo aborda a formação do arquiteto-urbanista contemporâneo para atuar no patrimônio construído e em construções de interesse para preservação, legitimando a importância do mesmo como sendo o profissional responsável para elaboração do projeto de restauro arquitetônico. Enfatiza-se que esse mesmo profissional deve ter base adequada e conteúdo suficiente no âmbito de sua formação acadêmica, pois a consequência da falta do ensino tem tido por resultado a deturpação ou destruição de documentos históricos que são a base para memória coletiva, afetando, assim, a transmissão do legado das gerações passadas para as gerações futuras. Serão expostos os pensamentos dos principais teóricos do território italiano, ambiente que tem larga tradição de discussões relacionadas ao campo disciplinar do restauro, por ter sido o primeiro a criar a disciplina *Restauro dos Monumentos* no âmbito da formação do arquiteto e pelo fato de o pensamento oriundo desse ambiente fundamentar os documentos internacionais mais relevantes do campo em questão.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino. Formação. Restauro arquitetônico.

ABSTRACT

The aim of the article is to address the professional education of the contemporary architect who are called to work on built heritage and the conservation of buildings of interest, validating the importance of the professionals as those responsible for the preparation of the architectural restoration. Furthermore, we emphasize that the professionals require proper training and adequate academic knowledge, since the lack of educational background has caused the degradation or destruction of historical documents, which are the basis for collective memory, thus affecting the transmission of the legacy from past generations to future ones. Therefore, we will discuss the thought of leading Italian theorists because Italy has a long tradition related to the field of restoration, since it was the first to offer to the architects the training course in Restoration of Monuments. In addition, we show that the Italian thought influenced the most relevant international documents in the field.

KEYWORDS: Education. Training. Architectural restoration.

RESUMEN

El presente artículo intenta explicar la formación del arquitecto-urbanista contemporáneo para actuar en el patrimonio construido y en construcciones de interés para la preservación, legitimando la importancia de ese profesional, como siendo el responsable para la elaboración del proyecto de restauración arquitectónica y haciendo hincapié en que ese mismo profesional, tenga una base adecuada y el contenido suficiente en el ámbito de su formación académica, porque la consecuencia de la falta de educación ha tenido como resultado la alteración o destrucción de documentos históricos que son la base para la memoria colectiva, afectando así, la transmisión del legado de las generaciones pasadas para las generaciones futuras. Con todo, vamos a mostrar el pensamiento de los principales teóricos del territorio italiano, ambiente en el que tienen una larga tradición los debates relacionados al campo disciplinar de la restauración, por haber sido el primero en crear la disciplina de la Restauración de los Monumentos en el ámbito de la formación del arquitecto y por el hecho del pensamiento que surge de este ambiente fundamentar los documentos internacionales más relevantes del campo en cuestión.

PALABRAS-CLAVE: Enseñanza. Formación. Restauración de los monumentos.

INTRODUÇÃO

A salvaguarda do ambiente construído, a atitude de respeito em relação à estruturação de ambientes urbanos e de obras arquitetônicas, a contínua interlocução, a pesquisa, o levantamento dos traços de antigos testemunhos do passado e o respeito pela estratificação do fabricado são, em grande medida, o resultado de uma atividade formativa contínua: grande parte da consciência do arquiteto-urbanista a respeito do antigo e, mais veementemente, sobre operar no preexistente, estrutura-se nos anos de sua formação universitária, constituindo um substrato fundamental para as futuras orientações e com repercussões diretas nas soluções projetuais (Fabri, 2004).

No mundo contemporâneo, tem-se novos paradigmas da arquitetura, maneiras novas de atuar na cidade em que se vive e nas formas de sua percepção. Para introduzir um novo artefato num ambiente consolidado, deve-se, portanto, atuar segundo as mudanças estruturadas no modo de pensar e de agir diante do campo da Arquitetura. Para que isso ocorra, existem instrumentos disponíveis, que são os princípios norteadores cuja análise crítica deve permear as soluções projetuais, colaborando para a conservação da paisagem existente e dos espaços cultural e socialmente consolidados, legitimando, assim, o ambiente construído preexistente.

Nesse sentido, a constatação da falta de conhecimento (histórico-crítico e técnico) e de clareza por parte dos profissionais arquitetos-urbanistas ao atuar para enfrentar as rápidas transformações do mundo contemporâneo, em que a economia e o consumismo

— elementos que desempenham, muitas vezes, um papel preponderante, em detrimento da cultura —, imperam de modo incessante no cotidiano. O resultado mais visível tem sido o aniquilamento, distorções e destruições de documentos históricos e do ambiente construído preexistente, que são bases fundamentais de transmissão do conhecimento, em várias áreas do saber, e de suporte para a memória coletiva, afetando a transmissão do legado das gerações passadas para as futuras.

Os profissionais deveriam, como evidencia Kühl (2009, p.10), ter plena consciência das responsabilidades que lhes competem, entre elas, “Assegurar o direito ao conhecimento e à memória de que os bens são portadores”, mecanismos esses entendidos como necessidade humana e social, sem os quais a compreensão e apreensão da realidade fica prejudicada, limitando a construção do próprio presente e, principalmente, restringindo a construção do futuro.

A PROBLEMÁTICA DO ENSINO NO TRATO DOS BENS CULTURAIS

A formação no campo disciplinar do restauro² arquitetônico é fundamental para o papel do profissional arquiteto-urbanista na sociedade contemporânea (Farah, 2012). Atualmente, há uma exigência significativa para a reflexão sobre a formação do profissional arquiteto-urbanista no Brasil, no que se refere às questões voltadas aos bens culturais. As principais questões envolvidas têm várias condicionantes e determinantes, porém a questão central é a formação. Depara-se com fatores concorrentes para a atuação criteriosa no campo: a força do mercado imobiliário, como “oportuno desconhecedor” (Rufinoni, 2009, p.188) das prioridades de uma intervenção com princípios e critérios coerentes, e a atuação por parte dos próprios profissionais arquitetos-urbanistas, pautada por interpretações falhas e a falta de um conhecimento de fato do campo disciplinar do restauro arquitetônico³. O problema que se coloca é elevar a qualidade das intervenções, que têm aumentado consideravelmente no nosso País, mas com resultados danosos (muitas vezes desastrosos) e, ainda, adotando posturas projetuais obsoletas em relação ao contexto contemporâneo.

Paolo Torsello, ao analisar as questões supracitadas, expõe que o campo das intervenções no preexistente é extremamente complexo, e há um número considerável de profissionais com competências, concepções e linguagens totalmente diversas e distanciadas entre si. Esse fato resulta na perda da percepção do campo, que assume significados genéricos e ambíguos. Uma das causas, que resulta nesses efeitos maléficos, é o problema da formação, não somente dos arquitetos-urbanistas, mas de todos os profissionais que atuam no campo em questão⁴ (Lumia, 2003).

Os princípios norteadores para atuar nos bens culturais referentes ao patrimônio construído, a saber, as construções de interesse para preservação e a cidade preexistente, devem ou deveriam, obrigatoriamente, ser pautados nos instrumentos teóricos. Esses instrumentos não são regras fixas: são princípios e critérios que constituem um mecanismo regulador para que conduzam as soluções adequadas de intervenção e para que, de fato,

possam promover a efetiva preservação dos aspectos documentais, materiais, formais, memoriais e simbólicos das obras. Ou seja, para que os profissionais tenham instrumentos adequados para o desenvolvimento de um projeto coeso, lógico e ético, e para que sejam valorizados todos os aspectos supracitados, é necessária uma formação apropriada ao campo.

A Itália é o ambiente cultural em que as discussões e reflexões sobre o campo disciplinar do restauro são mais consolidadas, repercutindo numa amadurecida metodologia de aproximação às obras, de sistematização do projeto e de formas de intervenção, visto que tem larga tradição de discussão de problemas relacionados à preservação, o qual assume papel de grande relevância no cenário internacional, principalmente a partir da atuação de Gustavo Giovannoni na Conferência de Atenas, que deu origem à Carta conhecida como Carta de Atenas, de restauração, de 1931. O papel torna-se ainda mais evidente com as discussões originadas pelas destruições do segundo pós-guerra, em que se destacam as atuações de numerosos teóricos, entre eles Cesare Brandi, Roberto Pane, Renato Bonelli e Piero Gazzola. A Carta de Veneza — que é o documento-base do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), órgão consultor da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) nos temas de preservação do patrimônio cultural —, é devedora desse contexto de discussões, sendo notável a repercussão dos teóricos italianos. Desse modo, é importante salientar a ênfase maior aos teóricos italianos, pelo fato de o pensamento oriundo fundamentar os documentos internacionais mais relevantes.

Em outros países existem discussões de grande relevância sobre temas ligados aos bens culturais, mas o debate sobre os princípios teóricos do restauro é mais limitado, sendo a ação voltada prevalentemente aos aspectos práticos e operacionais, que, muitas vezes, resultam em extensos refazimentos, como é o caso da Inglaterra. Na França existe, em âmbito universitário, em especial nos cursos de humanidades, uma produção da maior importância tratando do patrimônio histórico e sua relação com a historiografia, com memória etc., mas a repercussão desse debate na prática de restauração e na formação dos arquitetos na graduação é praticamente inexistente, sendo o ensino concentrado, essencialmente, na pós-graduação, pois os arquitetos que ambicionam ao título de “*Architecte du patrimoine*”, para depois seguir as carreiras de Estado no campo (cujo ápice da progressão é chegar a *Architecte en chef des Monuments Historiques*), nas quais elaborarão ou julgarão os projetos em bens de interesse cultural, devem seguir a formação no *Centre des Hautes Etudes de Chaillot*. O processo é muito centralizado, ao contrário do que ocorre na Itália, ou no Brasil, em que o conteúdo é obrigatório na graduação e pode, ou não, ter desdobramentos na pós-graduação (Detry & Prunet, 2000; Campanelli, 2009).

No Brasil, há uma dificuldade em entender a importância desse campo disciplinar na formação do arquiteto-urbanista, principalmente no âmbito da graduação. É essencial salientar a importância dessa formação de base — na graduação em arquitetura e urbanismo —, para atuar na cidade contemporânea, ou seja, operar no preexistente. Não

se discute, atualmente, uma formação basilar adequada e um conteúdo eficiente; evidencia-se que, se não houver essa abordagem dos princípios fundamentais que regem o campo disciplinar do restauro na formação do arquiteto, os profissionais não terão instrumentos teórico-críticos, tampouco técnico-operacionais, para que os bens culturais sejam preservados como documentos fidedignos e, assim, possam atuar com o efetivo suporte do conhecimento e da memória coletiva. Por meio desse aparato teórico, é possível obter um referencial crítico e conceitos fundamentais para as ações de salvaguarda dos bens culturais e para a sua transmissão para as gerações futuras.

Carbonara (2009, p.31) esclarece a importância de uma boa formação do arquiteto no trato dos bens culturais, ao elucidar que as várias profissões envolvidas — gestores públicos, políticos, arquitetos-urbanistas, engenheiros, sociólogos, historiadores, geólogos, físicos, químicos, ou seja, uma gama enorme de profissionais que operam no campo —, devem tomar consciência de que trabalhar na área é sempre “Pesquisa, cuidado na execução e um contínuo aprofundamento”. Nesse sentido, é preciso entender que os procedimentos a serem adotados não podem ser conduzidos apenas por meras soluções técnicas, mas devem, sim, ser embasados em preceitos científicos, por meio de estratégias integradas, nas quais estão entrelaçados valores culturais, sociais, econômicos, políticos, funcionais e de uso, para que a ação resulte numa real e autêntica sobrevivência do bem e não em seu congelamento.

Um fator recorrente na maioria dos países, mas em particular no cenário brasileiro, que Carbonara considera umas das principais causas da degradação dos bens culturais, é o abandono e a ausência de manutenção, ainda mais do que as guerras ou os desastres naturais. Nessa linha de raciocínio, expõe que, em muitos casos, além das degradações supracitadas, existe uma dinâmica habitual nas imposições de funções não compatíveis com a natureza física e a vocação do bem, resultando em “*cattivi restauri*” (restauros ruins), lamentavelmente frequentes. Afirma, ainda, que todos os profissionais que atuam no campo necessitam de formação correta, ética e coesa, pautada em princípios científicos e metodológicos do restauro, para que se chegue a uma solução projetual crítica, capaz de responder às diversas exigências contemporâneas.

Note-se que a responsabilidade ao se atuar nesse campo é grande. Ao arquiteto cabe papel relevante na articulação das várias competências envolvidas. É de suma importância que o arquiteto tenha, pois, consciência da responsabilidade envolvida, que seja sensibilizado na graduação (formação superior), e que tenha noção do tipo de instrumentos que deverá dominar depois, preferencialmente mediante formação de pós-graduação, para atuar no campo, tanto nas intervenções em obras isoladas quanto em qualquer tipo de intervenção feita no contexto urbano.

A responsabilidade da formação no campo do restauro não compete apenas aos cursos de especialização, ou seja, aos cursos feitos após a graduação (como o próprio nome o revela): esses cursos são de caráter complementar, devendo acrescentar conhe-

cimentos a um determinado profissional já formado, capaz de manifestar, por meio de orientações e do conhecimento, as próprias instrumentalizações de um arquiteto contemporâneo. É indispensável que o conteúdo do campo disciplinar do restauro seja abordado na graduação, visto que o profissional “Deve aprender corretamente a confrontar a relação com o preexistente, e, sobretudo considerar a específica ‘forma mentis’ do arquiteto” (Campanelli, 2009, p. 50), pois os profissionais têm dificuldade — e isso é essencial —, em dominar as matérias que dizem respeito à História da Arquitetura e do Urbanismo, Teoria e História do Restauro, Planejamento Urbano, entre outras, que são contempladas nos cursos de Arquitetura e Urbanismo. Se esses conteúdos não forem oferecidos nos cursos de graduação, os profissionais serão privados dos meios indispensáveis para atuar, de maneira coesa e coerente, sobre arquitetura contemporânea.

É necessário enfatizar que, para atuar nos bens culturais, é necessário, obrigatoriamente, pautar-se nos instrumentos teóricos — que não são regras fixas, mas princípios e critérios, mecanismos norteadores —, que conduzem as soluções adequadas de intervenção, para que, de fato, seja efetiva a preservação dos aspectos documentais, materiais, formais, memoriais e simbólicos do nosso patrimônio. No âmbito brasileiro, essa percepção do campo como sendo autônomo, com seus princípios teórico-metodológicos e técnico-operacionais, tem ainda vários pontos a serem aprofundados; existem ainda muitas percepções equivocadas sobre o tema, resultando em ações pautadas num empirismo pedestre, ancorado em concepções oitocentistas, sem grandes interesses nas pesquisas aprofundadas sobre o tema. Para superar essa situação deve-se primeiramente ancorar na instrumentação teórica (caráter conceitual) do campo.

Segundo Kühl (2008, p.354):

Convém enfatizar que os princípios teóricos utilizados no campo não convergem para um único ponto, existindo uma necessária e saudável pluralidade de formulações. Há, porém, aproximações em determinados temas e divergências em outros, que ajudam a circunscrever o campo — que é necessariamente amplo — permitindo identificar aquilo que de fato é pertinente à preservação, separando do que exorbita completamente de seus motivos, temas e objetivos.

Carbonara (2004, p.4) evidencia que a elaboração teórica tem rebatimentos na prática, ou seja, “Se permanecesse somente no mundo das ideias, não serviria para nada, muito menos para o campo do restauro, visto que é matéria operativa”. As escolhas feitas por meio do aparato teórico darão uma “Autoconsciência que representa a maior garantia de bons resultados”; no entanto, nem tudo se desenvolve num único sentido — se a teoria não sabe reportar os resultados na prática, isto por sua vez, conduz a um mero exercício de abstração intelectual. Portanto:

Não se chama de práxis qualquer ato, mas somente aquele que efetiva um objetivo, que é pensado em relação a certos princípios de sua condução, representados na sua generalização, isto é, a teoria, cuja relação com a prática existe como “ato de juízo, por meio do qual o homem prático distingue se o caso condiz, ou não, com a regra”. Vice-versa, “a teoria [...] pode ser incompleta e pode ser que para completá-la sejam necessárias pesquisas e experiências que ainda devam ser feitas. De todo modo “ninguém [...] pode querer parecer versado numa ciência qualquer apenas do ponto de vista prático e ao mesmo tempo desprezar a teoria, sem revelar ser um ignorante no seu ramo; teoria que, mais além, é definida como uma “série de princípios seguros” e como reflexão unitária (Carbonara, 2004, p.4).

No ambiente europeu, a partir de finais dos anos 1950 (Jokilehto, 1987), principalmente na Itália, o ensino de restauro arquitetônico tem sido discutido em publicações e eventos científicos, tanto no âmbito da formação técnica e de graduação, quanto nos cursos de pós-graduação, como especialização e aperfeiçoamento e, mais além, mestrado e doutorado. Um dos temas recorrentes é a preocupação com o aprimoramento da disciplina de restauro arquitetônico, tanto no conteúdo quanto na prática, principalmente nas questões relativas ao “novo” confrontado com o tecido preexistente.

Todavia, Rabbi (1998) expõe que houve, em 1933, a segunda *Réunion Internationale d'Architectes*, organizada pela revista *L'Architecture d'Aujourd'hui*. O objetivo foi a discussão do ensino de arquitetura, na qual foram apresentadas várias e diversificadas experiências didático-formativas dos diversos europeus, analisando criticamente o papel das instituições, norteando os sistemas didáticos para resultar num método de ensino coerente com a profissão do arquiteto. As “novas raízes antigas”, como a própria Rabbi as colocam, para formação do arquiteto contemporâneo, consistem em algumas posturas comuns que permanecem em várias escolas europeias: estabelecer, de maneira mais veemente, uma matriz histórico-cultural; persistir em temas e questões que necessitem de constante redefinição na formação dos profissionais dos campos artísticos, das humanidades e da tecnologia, tanto no ensino artístico quanto no técnico; abordar questões referentes aos conceitos tradicionais e modernos, a relação professor-aluno e a capacidade da escola de se confrontar com a realidade profissional. Estrutura-se, assim, a presença desses instrumentos, no currículo didático e no ensino para a sociedade contemporânea. Contudo, em 1998⁵, as questões discutidas foram as novas exigências da sociedade e do mercado de trabalho com uma preparação profissional que sintetize o saber artístico, técnico-científico, das humanidades e histórico com referências ao contexto de cada nação. Nesse sentido, é necessário reformular o modo de pensar cada um desses problemas supracitados, para que haja uma reestruturação no currículo básico na graduação em Arquitetura e Urbanismo. Essa redefinição deverá ser tomada principalmente no que se refere ao conteúdo, sempre enfatizando o estreitamento entre teoria e prática para o aprimoramento do campo disciplinar.

A Itália, desde o final dos anos 1990, passa por uma reforma universitária, derivada do processo de articulação dos currículos europeus, principalmente após o Tratado de Bolonha, em que houve mudanças brutais, principalmente, no que concerne à formação universitária de base: introduz a graduação trienal e a sucessiva graduação bienal — inapropriadamente chamada de especializada, segundo Carbonara. O mínimo de estudos para se obter um diploma superior (na área de atuação da Arquitetura) passou de cinco anos para três, com a introdução de formação de base de três anos, a “*laurea triennale — primo livello*”. Após esse ciclo, pôde ser desenvolvida a “*laurea specialistica — secondo livello*” de dois anos, hoje com a denominação de “*laurea magistrale — secondo livello*”, que forma arquitetos com um endereço profissional mais restrito e “especializado” (projetista do novo, urbanista, restaurador etc.). O intuito dessa reforma foi uma harmonização europeia dos títulos de estudos para os setores do Ensino Superior (Carbonara, 2002). Carbonara faz uma crítica contundente em relação a essas mudanças, porque a graduação especializada resulta num “falso diploma”, demagógico e desvalorizado, pois, ao mesmo momento em que se perde conteúdo nos estudos, os profissionais assim formados saem como especialistas na área em questão.

Após 20 anos da reforma universitária, segundo Carbonara, essas modificações estão sendo reavaliadas, pois no mercado de trabalho há um novo profissional, que não sabe ao certo como atuar no campo teórico e no prático. Ao mesmo tempo em que essa mudança na graduação foi positiva, pois, pelo menos, o profissional adquiriu o conteúdo de restauro no curso de graduação, Carbonara (2002) afirma que a alteração resultou danosa em relação à formação da pós-graduação: cria-se, assim, uma “confusão” entre o conteúdo oferecido na graduação (graduações especializadas em restauro) e nos cursos de aperfeiçoamento, especializações, mestrados e doutorados.

Esse é um dos principais problemas no ensino de restauro arquitetônico: a definição do seu conteúdo programático nos vários níveis de formação. No âmbito da graduação, não é possível transmitir todo o conhecimento dessa disciplina, que exige conhecimentos aprofundados de vários temas que não são adequados, por serem complexos e exigirem base de conhecimentos consolidada previamente a uma graduação. Daí a importância de haver uma pós-graduação nesse campo específico.

Tomando-se por base as colocações existentes na publicação de Lumia (2003, p.89), a maior dificuldade apontada é a formação do arquiteto. Lumia realiza várias entrevistas com os principais professores e teóricos de restauro da atualidade italiana, abordando a questão da formação do arquiteto no campo do restauro arquitetônico. A pergunta formulada foi: “Em relação à formação, qual é o perfil, institucionalizado ou não, que vocês aconselhariam a quem queira se ocupar de intervenções no construído, também em relação às reformas que atualmente se estão concretizando?”.

Segundo Carbonara (2002), o problema da formação do arquiteto no âmbito do restauro arquitetônico requer trabalho mais aprofundado: compara com a formação no campo da medicina (Treccani, 1996), em que se necessita de uma formação de base e de

uma especialização, ou seja, formação na graduação de cinco anos e um “sério” trabalho especializado com pelo menos dois anos de curso. O ideal seria três anos na pós-graduação, como hoje acontece nas escolas de especializações e nos doutorados em conservação existentes na Itália. A formação do arquiteto-restaurador exige, antes de tudo, a formação de um arquiteto-urbanista e, depois, especialização nas áreas específicas, não relegando a responsabilidade somente aos cursos de *post lauream* para tal formação. Deve-se amadurecer esse tipo de discussão no contexto brasileiro, evidenciando, ainda o número reduzido dos cursos de pós-graduação no País.

Com base na minha experiência, além de considerações de caráter geral, o restaurador deveria ser formado, antes de tudo, como verdadeiro arquiteto, não como arquiteto incompleto ou simples conservador, e, depois, especialista no campo específico; deveria ter seguido um curso de arquitetura de cinco anos (e não de três anos, como se pensa), que lhe confira bases culturais amplas, bom conhecimento histórico, competências técnicas e, segundo Luigi Pareyson, a capacidade “formativa”, exercitada no projeto do novo. Somente depois, talvez seguido de uma intermediária experiência profissional, deveria aproximar-se mais decisivamente do campo de restauro, restabelecendo em nova forma, propriamente conservativa, todas as competências projetuais adquiridas, enriquecendo-as com as outras especialidades relativas aos materiais, às tecnologias, às questões de princípio e de métodos. Este e não outro deveria ser o passo sucessivo, baseado num aumento da escolaridade e não em improváveis abreviações ou antecipações de especialidades, como vemos nos cursos de graduação em bens culturais (Lumia, 2003, p.89).

Interessante observar as questões levantadas por Carbonara (2002) no que diz respeito à graduação em bens culturais, prática esta que está começando a se desenvolver no contexto brasileiro. Não se sabe ao certo, no entanto, qual profissional será formado e de que forma será inserido no mercado de trabalho.

Seguindo o mesmo viés de pensamento, Salvatore Boscarino (Lumia, 2003) levanta outro tema importante a ser discutido e analisado: a formação dos responsáveis no âmbito do restauro arquitetônico, que não pode ser resolvida com alguns cursos fora da universidade. Isto significa que são necessários cursos de graduação em Arquitetura e Urbanismo que abranjam conteúdos condizentes ao campo disciplinar em questão, e cursos de pós-graduação, tanto nas especializações quanto nos mestrados e doutorados, sendo o arquiteto o responsável pelas atividades do patrimônio construído. Todas as intervenções, de qualquer gênero, referentes a edificações de relevante caráter artístico e aos edifícios contemplados na Lei nº 1.089/1939 são de exclusiva competência do arquiteto, descrito no *Regio Decreto 2.537/1925*. Portanto, a responsabilidade da sua preparação compete aos cursos de arquitetura.

Boscarino chama a atenção para outro problema muito danoso à formação: a introdução de disciplina de restauro em outros cursos como os de Letras, Engenharia e o de Bens Culturais, que Carbonara já havia mencionado. Esses outros cursos, não são, “Na verdade, úteis à formação dos responsáveis pela tutela e pelo restauro arquitetônico, tendo este último, mesmo na unidade de base do pensamento, uma peculiaridade no campo profissional, que o caracteriza dentro da arquitetura, por ser imprescindível a presença do homem” (Lumia, 2003, p.90).

De acordo com Amadeo Bellini, é necessário ter uma graduação especializada em restauro arquitetônico, que permite introduzir todas as disciplinas cabíveis ao campo disciplinar do restauro, para superar a distinção entre os monumentos (bens culturais) e os bens de menor valor (Lumia, 2003). Na mesma linha de pensamento de Carbonara, Bellini mais uma vez enfatiza a preocupação com os outros cursos, que não os de arquitetura, para a formação de profissionais que trabalham no campo do restauro, como foi mencionado acima por Carbonara. Destaca também a questão da *práxis* do arquiteto, principalmente no que se refere aos procedimentos da atuação. Segundo ele, o profissional necessita de uma experiência prática no campo do restauro para que haja um conhecimento maior que fundamente essa atuação. Enfatiza a importância de uma formação de base referente aos conceitos de restauro arquitetônico para o arquiteto, não permitindo, assim, uma distinção entre profissionais que queiram ocupar-se somente do novo e daqueles que deverão realizar intervenções no preexistente. Ou seja, o arquiteto deverá ter uma formação, na graduação, no campo disciplinar do restauro, para que tenha instrumentos e repertório ao projetar o novo ou intervir em algo já existente (Lumia, 2003).

Para Paolo Torsello, assim como enfatizaram os outros autores, restauro é um campo disciplinar altamente especializado; por esse motivo requer preparação cuidadosa teórica, técnica e prática, trinômio esse a que, muitas vezes, o profissional, assim como os próprios cursos de arquitetura, dão a devida importância. Torsello critica a crescente demanda do “mercado”, à qual corresponde grande oferta de trabalho e baixa qualidade profissional. Destaca que, ao mesmo tempo em que se disponibilizam cursos de alta qualidade para a formação dos arquitetos, também se deve pensar na formação dos outros profissionais que atuam no campo (Lumia, 2003).

Outro ponto importante na discussão é a questão do âmbito técnico da disciplina para além da preocupação com a formação do arquiteto. Temos o dever de preparar corretamente os outros profissionais que atuam na área, como historiadores, químicos, físicos, geólogos, arqueólogos, engenheiros, mestres de obras, pedreiros, eletricitas, encanadores etc., numa gama de atuação interdisciplinar. Infelizmente, no Brasil, não há esse tipo de preocupação, nem mesmo por parte dos órgãos responsáveis que respondem pelos bens culturais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dessa discussão que acontece atualmente no âmbito italiano, e tentando trazer essas vivências e experiências para o contexto brasileiro, é necessário discutir a importân-

cia da formação do arquiteto-urbanista para a área do patrimônio arquitetônico. Nota-se que a responsabilidade para atuar nesse campo cabe primeiramente ao profissional com formação em arquitetura, que deve ter papel como articulador das demais competências envolvidas no campo disciplinar do restauro.

Contudo, verifica-se que a ausência do ensino da disciplina referente ao restauro arquitetônico no âmbito da formação do arquiteto urbanista resulta em profissionais que não possuem consciência em relação à responsabilidade que é trabalhar com bens de interesse para a preservação e no ambiente preexistente, não tendo instrumental teórico-crítico e técnico-operacional necessário para atuar no campo. O resultado mais visível tem sido a constante deformação e destruição de obras arquitetônicas isoladas e do tecido urbano, que são base importante de transmissão do conhecimento e suporte da memória coletiva, tendo por consequência um instrumental limitado para as gerações futuras.

NOTAS

1. Artigo elaborado a partir da tese de A.P. FARAH, intitulada “Restauro arquitetônico: a formação do arquiteto-urbanista no Brasil para preservação do Patrimônio Edificado — o caso das escolas do Estado de São Paulo”. Universidade de São Paulo, 2012. Financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), sob a orientação da Profa. Dra. Beatriz Mugayar Kühl.

2. A conformação do restauro como campo disciplinar autônomo é algo considerado moderno (Carbonara, 1997), e se caracteriza como tal, quando as ações sobre os bens culturais aferem razões afastadas do pragmatismo e assume características particulares, regulamentando princípios e critérios próprios (referenciais teóricos, metodológicos, técnicos e operacionais), e passa a ser entendido como “Ato de cultura de um presente histórico” (Bonelli, 1959, p.3; Pane, 1987, p.23; Carbonara, 1997, p.271; Kühl, 2009, p.59). O restauro é ação cultural, de natureza cultural, como expõem Bonelli e Carbonara. A intervenção não pode prescindir — além dos critérios e métodos próprios ao campo —, da regulamentação, das normativas existentes, também no que respeita a planos diretores e outros instrumentos do planejamento urbano, e tampouco pode ignorar os aspectos sociais, econômicos e jurídicos. Portanto, o campo disciplinar do restauro abarca todas as ações que se referem aos tratos dos bens culturais como forma de manutenção, conservação, restauração, reabilitação e revitalização. Esclarece que o sentido da palavra restauro é entendido por meio dos conceitos estabelecidos por Cesare Brandi em que todas as ações em relação aos bens culturais estão sintetizadas no processo metodológico por meio dos instrumentos teórico-crítico e técnicos operacionais (Kühl, 2008).

3. A restauração de bens culturais passa a assumir características próprias a partir do início do século XX — baseada em princípios e critérios próprios a esse campo disciplinar, então em constituição. Salienta-se que não se trata de um campo isolado de outros campos do conhecimento; pelo contrário, é inevitavelmente multidisciplinar (Kühl, 2009).

4. O artigo em questão trata-se da formação do arquiteto-urbanista para atuar no arcabouço construído preexistente, porém a atuação dos profissionais que operam no campo disciplinar do restauro — não somente o arquiteto-urbanista, como foi supracitado —, é multidisciplinar, necessitando da articulação dos vários campos do saber e, por consequência, de uma formação adequada. Contudo, os profissionais que atuam no campo disciplinar do restauro precisam de um conhecimento, de fato, do campo, para que suas respectivas formações sejam pautadas nos instrumentos teórico-críticos e técnico-operacionais que lhe são próprios.

5. Houve um Congresso Intencional, “*La formazione dell’architetto del Duemila*”, entre 27 e 29 de maio de 1998, na sede da *Politecnico de Milano — Campus Leonardo* (Rabbi, 1998, p.74).

REFERÊNCIAS

- BONELLI, R. *Architettura e restauro*. Venezia: Neri Pozza Editore, 1959. p.13-29.
- CAMPANELLI, A.P. Restauro: esclusivo domínio della professione di architetto. *Rivista Bimestrale dell’Ordine degli Architetti di Roma e Provincia*, v.84, n.9, p.50-52, 2009.
- CARBONARA, G. *Avicinamento al restauro: teoria, storia, monumenti*. Milano: Liguori, 1997.
- CARBONARA, G. Riforma universitaria: ripercussioni alla formazione specialistica. *ARKOS: Scienza e Restauro*, v.9, n.4, p.10-17, 2002.
- CARBONARA, G. *Trattato di restauro architettonico*. Torino: UTET, 2004.
- CARBONARA, G. Restauro: nodo centrale é la formazione. *Rivista Bimestrale dell’Ordine degli Architetti di Roma e Provincia*, v.84, n.9, p.31-32, 2009.
- DETRY, N.; PRUNET, P. *Architecture et restauration*. Paris: Éditions de la Passion, 2000.
- FABRRI, R. Conservare l’antico: la formazione nelle discipline del Restauro Architettonico alla Facoltà di Architettura di Ferrara. In: MAIETTI, F. *Dalla grammatica del paesaggio alla grammatica del costruito: territorio e tessuto storico dell’insediamento urbano di Stellata*. Firenze: Nardini, 2004. p.11-14.
- FARAH, A.P. *Restauro arquitetônico: a formação do arquiteto-urbanista no Brasil para preservação do patrimônio edificado — o caso das escolas do Estado de São Paulo*. 2012. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) — Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- JOKILEHTO, J. Sull’insegnamento nel campo del restauro dei monumenti in vari paesi. *Restauro: Quaderni di Restauro dei Monumenti e di Urbanística dei Centri Storici*, v.16, n.94, p.99-104, 1987.
- KÜHL, B.M. A restauração como campo disciplinar autônomo. *Museu Histórico Nacional*, v.40, p.351-373, 2008.
- KÜHL, B.M. *Preservação do patrimônio arquitetônico da industrialização: problemas teóricos de restauro*. Cotia: Ateliê, 2009.
- LUMIA, C. *A proposito del restauro e della conservazione: colloquio con Amadeo Bellini, Salvatore Boscarino, Giovanni Carbonara e B. Paolo Torsello*. Roma: Gangemi, 2003.
- PANE, R. *Attualità e dialettica del restauro*. Chieti: Marino Solfanelli, 1987.
- RABBI, O. Le “Nuove Radici Antiche” nella formazione dell’architetto del duemila. *Tema: Tempo Materia Architettura*, n.4, p.74-76, 1998.
- RUFINONI, M.R. *Preservação e restauro urbano: teoria e prática de intervenção em sítios industriais de interesse cultural*. 2009. Tese (Doutorado) — Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- TRECCANI, G.P. Il principio era la cura: medico e restauratore — un paragone da rivisitare. *TeMa: Tempo, Materia ed Architettura*, n.3/4, 1996. p.133-138.

Recebido em 26/6/2012,
reapresentado em
21/11/2012 e aceito para
publicação em 15/4/2013.

ANA PAULA FARAH Professora Doutora | Pontifícia Universidade Católica de Campinas | Faculdade de Arquitetura e Urbanismo | Rod. D. Pedro I, km 136, Parque das Universidades, 13086-900, Campinas, SP, Brasil | E-mail: <anafarah@uol.com.br>.